

# **Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas**

## **Cataratas do Iguaçu S.A.**

31 de dezembro de 2021  
com Relatório do Auditor Independente

## **Cataratas do Iguaçu S.A.**

### Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

#### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	1
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas	
Balancos patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados.....	6
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas .....	10



Centro Empresarial PB 370  
Praia de Botafogo, 370  
6° ao 10° andar - Botafogo  
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil  
Tel: +55 21 3263-7000  
ey.com.br

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos  
Administradores e Acionistas  
**Cataratas do Iguaçu S.A.**

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cataratas do Iguaçu S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



## **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

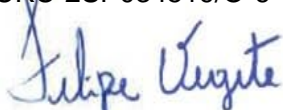
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2022.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP034519/O-6



Felipe Sant' Anna Vergete  
Contador CRC-RJ106842/O-6

## Cataratas do Iguaçu S.A.

### Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	<b>3.866</b>	1.841	<b>17.474</b>	49.789
Contas a receber de clientes	5	<b>8.043</b>	3.226	<b>26.352</b>	11.609
Estoques	6	<b>2.491</b>	2.202	<b>4.885</b>	4.063
Adiantamento a terceiros		<b>188</b>	362	<b>5.015</b>	6.948
Dividendos a receber	17	<b>4.731</b>	-	-	-
Tributos a recuperar		<b>779</b>	2.604	<b>1.923</b>	5.701
Despesas antecipadas e outros		<b>123</b>	139	<b>1.979</b>	1.463
Total do ativo circulante		<b>20.221</b>	10.374	<b>57.628</b>	79.573
Contas a receber de clientes	5	-	-	<b>776</b>	776
Partes relacionadas	17	<b>31.816</b>	19.699	-	896
Títulos da dívida do Estado	7	<b>8.221</b>	6.884	<b>8.221</b>	6.884
Depósitos judiciais		<b>1.542</b>	1.531	<b>4.813</b>	5.477
Imposto de renda e contribuição social diferido	8	<b>11.073</b>	8.987	<b>26.242</b>	24.024
Direitos contratuais e outros		-	-	<b>328</b>	84
		<b>52.652</b>	37.101	<b>40.380</b>	38.141
Investimentos	9	<b>181.015</b>	168.838	-	-
Imobilizado	10	<b>545</b>	657	<b>105.897</b>	103.792
Intangível	10	<b>2.043</b>	5.541	<b>223.545</b>	216.103
Ativo de direito de uso		<b>1.181</b>	-	<b>1.181</b>	-
Total do ativo não circulante		<b>237.436</b>	212.137	<b>371.003</b>	358.036
Total do ativo		<b>257.657</b>	222.511	<b>428.631</b>	437.609

## Cataratas do Iguaçu S.A.

### Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	<b>4.029</b>	2.929	<b>18.672</b>	33.854
Fornecedores	11	<b>4.322</b>	2.391	<b>13.509</b>	7.464
Obrigações sociais a recolher	13	<b>4.431</b>	3.718	<b>9.251</b>	6.809
Tributos a recolher	14	<b>3.146</b>	2.475	<b>5.732</b>	3.762
Adiantamentos de clientes		<b>1.092</b>	848	<b>6.785</b>	3.642
Repasse a realizar	18 (b)	<b>319</b>	392	<b>4.039</b>	4.573
Arrendamento - direito de uso		<b>266</b>	-	<b>266</b>	-
Passivos contratuais e outros	15 (b)	<b>15</b>	19	<b>7.374</b>	1.815
		<b>17.620</b>	12.772	<b>65.628</b>	61.919
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	<b>3.094</b>	7.420	<b>154.494</b>	162.233
Tributos a recolher	14	<b>3.782</b>	5.771	<b>5.624</b>	9.685
Imposto de renda e contribuição social diferido		-	1.818	-	1.818
Provisão para contingência	15 (a)	<b>1.884</b>	2.089	<b>2.042</b>	2.128
Partes relacionadas	17	<b>36.190</b>	20.340	-	106
Arrendamento mercantil - direito de uso		<b>978</b>	-	<b>978</b>	-
Passivos contratuais	15 (b)	-	-	<b>5.607</b>	27.268
Outras contas a pagar		-	-	<b>151</b>	151
		<b>45.928</b>	37.438	<b>168.894</b>	203.389
Total do passivo		<b>63.548</b>	50.210	<b>234.522</b>	265.308
Capital social		<b>129.043</b>	94.943	<b>129.043</b>	94.943
Reservas	16 (a)	<b>71.859</b>	83.533	<b>71.859</b>	83.533
Ações em tesouraria		<b>(6.793)</b>	(6.175)	<b>(6.793)</b>	(6.175)
Total do patrimônio líquido		<b>194.109</b>	172.301	<b>194.109</b>	172.301
Total do passivo e patrimônio líquido		<b>257.657</b>	222.511	<b>428.631</b>	437.609

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Cataratas do Iguaçu S.A.

### Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receita bruta	19	<b>56.850</b>	43.266	<b>208.810</b>	108.247
Impostos diretos e devoluções		<b>(4.493)</b>	(3.333)	<b>(16.675)</b>	(8.886)
Receita líquida		<b>52.357</b>	39.933	<b>192.135</b>	99.361
Custo das vendas	20	<b>(37.946)</b>	(31.560)	<b>(139.713)</b>	(86.648)
Lucro bruto		<b>14.411</b>	8.373	<b>52.422</b>	12.713
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	20	<b>(32.700)</b>	(26.381)	<b>(46.628)</b>	(34.401)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	21	<b>(329)</b>	-	<b>(4.755)</b>	1.867
Resultado de equivalência patrimonial	9	<b>2.721</b>	(5.151)	-	-
Resultado operacional		<b>(15.897)</b>	(23.159)	<b>1.039</b>	(19.821)
Despesas financeiras	22	<b>(1.514)</b>	(1.694)	<b>(16.965)</b>	(9.396)
Receitas financeiras	22	<b>1.833</b>	1.593	<b>2.558</b>	3.407
Resultado financeiro		<b>319</b>	(101)	<b>(14.407)</b>	(5.989)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<b>(15.578)</b>	(23.260)	<b>(13.368)</b>	(25.810)
Imposto de renda e contribuição social corrente	23	-	-	<b>(2.344)</b>	(487)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	<b>3.904</b>	5.659	<b>4.038</b>	8.696
Prejuízo do exercício		<b>(11.674)</b>	(17.601)	<b>(11.674)</b>	(17.601)
Atribuível a					
Acionistas da Companhia		-	-	<b>(11.674)</b>	(17.601)
Ações ordinárias em circulação no final do exercício (em milhares)		<b>31.384</b>	28.365	<b>31.384</b>	28.365

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



## Cataratas do Iguaçu S.A.

### Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Prejuízo do exercício	<b>(11.674)</b>	(17.601)	<b>(11.674)</b>	(17.601)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	<b>(11.674)</b>	(17.601)	<b>(11.674)</b>	(17.601)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Cataratas do Iguaçu S.A.

### Demonstrações das mutações no patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)



	<u>Reserva de Lucro</u>						Total do patrimônio líquido	
	Nota	Capital social	Legal	Investimento	Reserva de capital	Prejuízos acumulados		Ações em tesouraria
Em 31 de dezembro de 2019		94.943	8.352	71.824	27.927	-	(6.175)	196.871
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(17.601)	-	(17.601)
Distribuição de dividendos (Nota 16c)		-	-	(7.000)	-	-	-	(7.000)
Opção de compra de ações (Nota 16e)		-	-	-	31	-	-	31
Absorção de prejuízo		-	-	(17.601)	-	17.601	-	-
Em 31 de dezembro de 2020		94.943	8.352	47.223	27.958	-	(6.175)	172.301
Aumento de capital (Nota 16a)		<b>34.100</b>	-	-	-	-	<b>(618)</b>	<b>33.482</b>
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	<b>(11.674)</b>	-	<b>(11.674)</b>
Absorção de prejuízo		-	-	<b>(11.674)</b>	-	<b>11.674</b>	-	-
Em 31 de dezembro de 2021		<b>129.043</b>	<b>8.352</b>	<b>35.549</b>	<b>27.958</b>	-	<b>(6.793)</b>	<b>194.109</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

# Cataratas do Iguaçu S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)



	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	(15.578)	(23.260)	(13.368)	(25.810)
<b>Ajustes</b>				
Depreciação e amortização	5.218	6.760	23.934	22.342
Juros de empréstimos e financiamentos	730	634	13.864	6.905
Atualização de precatórios a receber	(1.337)	-	(1.337)	-
Contingências e demais provisões	(205)	(134)	(86)	(182)
Resultado equivalência patrimonial	(2.721)	5.150	-	-
	(13.893)	(10.851)	23.007	3.254
<b>Variações nos ativos e passivos</b>				
Contas a receber de clientes	(4.817)	4.366	(14.743)	7.169
Estoques	(289)	221	(822)	83
Tributos a recuperar e depósitos judiciais	1.814	(2.410)	4.442	(5.488)
Outros ativos	190	(266)	1.175	(4.003)
Fornecedores	1.931	(2.254)	6.045	(5.481)
Obrigações sociais a recolher	713	(3.965)	2.442	(6.348)
Tributos a recolher	(1.318)	(6.133)	(2.091)	(7.494)
Outros passivos	167	41	(13.495)	(228)
<b>Caixa proveniente das operações</b>	<u>(15.502)</u>	<u>(21.251)</u>	<u>5.960</u>	<u>(18.536)</u>
Impostos de renda e contribuição social pagos	-	-	(2.344)	(487)
Juros pagos	(750)	(713)	(15.268)	(9.281)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>	<b><u>(16.252)</u></b>	<b><u>(21.964)</u></b>	<b><u>(11.652)</u></b>	<b><u>(28.304)</u></b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>				
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(88)	(214)	(10.813)	(6.061)
Adição em ativos intangíveis	(1.457)	(1.660)	(22.605)	(45.287)
Partes relacionadas	3.733	9.443	790	480
Dividendos recebidos	1.500	11.105	-	-
Aumento de capital em controladas	(15.687)	(5.468)	-	-
<b>Caixa líquido aplicado (gerado) nas atividades de investimentos</b>	<b><u>(11.999)</u></b>	<b><u>13.206</u></b>	<b><u>(32.628)</u></b>	<b><u>(50.868)</u></b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>				
Captação de empréstimos e financiamentos	-	18.380	11.068	154.435
Amortização de empréstimos e financiamentos	(3.206)	(14.110)	(32.585)	(60.729)
Opção de compra de ações	-	31	-	31
Aumento de capital	34.100	-	34.100	-
Ações em tesouraria	(618)	-	(618)	-
Dividendos distribuídos aos acionistas	-	(7.000)	-	(7.000)
<b>Caixa líquido aplicado (gerado) nas atividades de financiamento</b>	<b><u>30.276</u></b>	<b><u>(2.699)</u></b>	<b><u>11.965</u></b>	<b><u>86.737</u></b>
<b>Redução (geração) líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>2.025</b>	<b>(11.457)</b>	<b>(32.315)</b>	<b>7.565</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>1.841</b>	<b>13.298</b>	<b>49.789</b>	<b>42.224</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b><u>3.866</u></b>	<b><u>1.841</u></b>	<b><u>17.474</u></b>	<b><u>49.789</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## 1. Informações gerais

### Contexto operacional

A Cataratas do Iguaçu S.A. ("Companhia" e conjuntamente com suas controladas, o "Grupo"), constituída em 18 de janeiro de 1999, iniciou suas operações em dezembro de 2000.

Atualmente, suas atividades consistem na operação, administração, manutenção, conservação, comercialização, modernização e uso econômico das áreas concedidas, em nome da concedente Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), para exploração do turismo no Parque Nacional do Iguaçu, em Foz do Iguaçu.

A concessão está firmada em dois contratos, como segue:

- Contrato 01/98 e aditivos - Concede os direitos descritos para as áreas do centro de visitantes, terminal de passageiros, transporte horizontal de visitantes e estacionamento de veículos do parque da Cataratas do Iguaçu. A partir do quarto termo aditivo, o prazo da concessão do contrato foi ampliado até novembro de 2022.
- Contrato 02/98 e aditivos - Concede os direitos descritos nas atividades operacionais de alimentação, comercialização, serviços e edifícios ambientais relativamente aos espaços de Porto Canoas, Naipi e Tarobá. A concessão para exploração destas áreas é válida até novembro de 2022.

A Administração está obtendo resultados positivos em suas ações no processo de renovação da concessão da Cataratas do Iguaçu, dada a experiência de mais de 20 anos de gestão e administração do Parque em conjunto com o bom resultado apresentado nos últimos anos. A Administração entende que o Grupo possui recursos financeiros suficientes para continuar as atividades mesmo sem a renovação da concessão Cataratas do Iguaçu. Diante deste cenário, a Companhia entende que não existe incerteza material que coloque em dúvida a sua continuidade.

O Grupo detém, além da concessão do Parque Nacional das Cataratas, o controle de gestão dos seguintes projetos em operação:

- Parque de bem estar animal:
  - Aqua Rio Aquario Marinho do Rio de Janeiro S/A no Rio de Janeiro;
  - Riozoo Zoológico do Rio de Janeiro S/A no Rio de Janeiro;
- Parque natural:
  - Cataratas do Iguaçu S/A no Paraná;
  - Espaço das Américas S/A no Paraná;
  - Eco-Noronha no Rio de Janeiro;
  - Paineiras-Corcovado Ltda no Rio de Janeiro;
  - Alto-Paineiras Corcovado Artes e Lanches S.A. no Rio de Janeiro;

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 01 de abril de 2022.

## **1. Informações gerais--Continuação**

### Pandemia do Corona Vírus - COVID 19

Em dezembro de 2019, um novo agente denominado como novo Corona vírus “Covid-19”, foi relatado na China. Com o crescimento exponencial dos casos de contaminação pelo Covid-19 em diversos países no mundo, a Organização Mundial de Saúde classificou o Covid-19, como uma pandemia e uma emergência de Saúde Pública de Interesse Internacional.

No Brasil, visando controlar a contaminação e evitar um eventual colapso no sistema de saúde, as autoridades representantes dos Estados e Municípios, determinaram medidas de distanciamento social, as quais, entre outros, reduziram o horário de operação dos atrativos/parques, inclusive levando à suspensão das operações dos parques/atrativos por diferentes períodos de tempo e consequente interrupção do fluxo de visitação. O Grupo segue cumprindo estas medidas, em linha com as recomendações das autoridades de saúde e acompanhando as determinações dos decretos Estaduais e Municipais.

O Grupo criou um comitê de crise para: (i) Monitorar a evolução diária e os impactos da pandemia do COVID 19; (ii) Priorizar ações que preservem a saúde dos nossos associados e clientes; (iii) Endereçar as respostas necessárias à crise; (iv) Garantir que os atrativos continuem a cumprir o seu papel social, fornecendo entretenimento necessários à população seja de forma física e ou digital através de lives e ajustando as operações para melhor enfrentar os atuais desafios; (v) Estabelecer iniciativas colaborativas de forma a oferecer contribuições relevantes à sociedade neste momento difícil que vivemos; e (vi) Garantir uma comunicação consistente e fluida com os principais stakeholders, bem como estabelecer parcerias de impacto social com entes públicos e privados.

No ano de 2021 alguns dos parques ficaram fechados por períodos alternados, dependendo das determinações das autoridades de cada município, em decorrência da segunda onda de contaminação ocorrida nos primeiros trimestres de 2021. Foram realizadas campanhas para o aumento da captação de visitantes locais e assim observou-se no nosso mix de visitação regional um aumento comparado com o ano anterior.

Para garantir a segurança de associados e clientes, o Grupo ajustou a operação dos parques distribuindo álcool em gel, controlando o fluxo de clientes de acordo com a capacidade de cada parque, além de criar um protocolo de boas práticas, “Protocolo Aurora”, para promover medidas preventivas e monitorar possíveis casos.

Os impactos financeiros sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referente ao período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estão detalhados nas notas explicativas a seguir.

## **2. Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

### **2.1. Base de preparação**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Adicionalmente, o Grupo considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros e ativos mantidos para venda, mensurados pelos seus valores justos e pelos seus valores justos menos despesas com vendas, de acordo com as normas aplicáveis, respectivamente.

### **2.2. Consolidação**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas.

A Companhia detém direta ou indiretamente 100% das ações de todas as suas investidas, sendo assim é considerado controladora de todas.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

## 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

### 2.2. Consolidação--Continuação

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos do Grupo em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020 consolidadas incluem:

Empresa	Controlada	% Participação	
		2021	2020
Paineiras Corcovado Ltda (*)	Direta	52%	52%
Espaço das Américas S.A.	Direta	100%	100%
Eco-Noronha S.A.	Direta	100%	100%
Aquário do Pantanal S/A(**)	Direta	100%	100%
RioZoo Zoológico do Rio de Janeiro S/A	Direta	100%	100%
Eco-Iguaçu S/A	Direta	100%	100%
VIA GC Agência de Turismo S.A.(**)	Direta	100%	100%
Alto-Paineiras Corcovado Artes e Lanches S.A. (***)	Direta	100%	-
Aqua-BSB Aquário de Brasília S.A. (***)	Direta	100%	-
Aqua-Foz Aquário de Foz do Iguaçu S.A. (***)	Direta	100%	-
AquaRio Aquário Marinho Rio de Janeiro S/A (*)	Direta	75%	33%

(\*) Eco-Iguaçu S/A ("Eco-Iguaçu") detém 48% de participação em Paineiras Corcovado LTDA e 25% da AquaRio Aquário Marinho do Rio de Janeiro S/A ("AquaRio"). Importante ressaltar que até 31 de dezembro de 2020 a Eco-Iguaçu detinha 66,66% da AquaRio e a Cataratas do Iguaçu S.A. os outros 33,34%, sendo assim controlado pela Eco-Iguaçu S/A, que por sua vez é controlada integral da Cataratas do Iguaçu S/A. Em janeiro de 2021, a Cataratas converteu as debêntures conversíveis em ações da AquaRio, passando a deter 75% da AquaRio e a Eco-Iguaçu ficou com 25%;

(\*\*) Via GC Agência de Turismo S/A e Aquário do Pantanal S/A estão em processo de cancelamento e não tem representatividade significativa no grupo.

(\*\*\*) Estas controladas foram constituídas no exercício de 2021 e encontram-se em fase pré-operacional, exceto pela controlada Alto-Paineiras que teve início das operações em outubro de 2021. Para maiores detalhes vide nota explicativa 9.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre a Companhia e suas controladas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda do valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis da controlada são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

### 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual o Grupo atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas e, também, a moeda de apresentação.

## **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.4. Classificação corrente versus não corrente**

O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: (i) Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; (ii) Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; (iii) Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e (iv) É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado não circulante quando: (i) Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; (ii) Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; (iii) Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e (iv) A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

### **2.5. Mensuração do valor justo**

O Grupo mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) No mercado principal para o ativo ou passivo; (ii) Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pelo Grupo. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

O Grupo utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais



## **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.5. Mensuração do valor justo - Continuação**

haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, o Grupo determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização no fim de cada período de divulgação.

### **2.6. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

### **2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e suas controladas quando estas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

#### Ativos financeiros

Os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado, dependendo de sua classificação.

## **2. Resumo das principais políticas contábeis—Continuação**

### **2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação**

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para os custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo, ou para as quais a Companhia e suas controladas tenham aplicado o expediente prático, são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente, equivalente ao IFRS 9.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia e suas controladas para administrar ativos financeiros se refere a como gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo.

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados, pela Companhia e suas controladas, em duas categorias: (i) Ativos financeiros ao custo amortizado; (ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia e suas controladas mensuram os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor

## **2. Resumo das principais políticas contábeis—Continuação**

### **2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação**

justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo.

Derivativos, inclusive derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos, nem contabilidade de “hedge”.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida ser classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) deixa de ser reconhecido quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram, ou (ii) a Companhia e suas controladas transferiram seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e houve a transferência substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, ou não houve a transferência nem retenção substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, mas ocorreu a transferência do controle do ativo.

Quando a Companhia e suas controladas transferem seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiram nem retiveram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiram o controle do ativo, a Companhia e suas controladas continuam a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia e suas controladas.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

## 2. Resumo das principais políticas contábeis—Continuação

### 2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente— Continuação

#### Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

#### Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados, pela Companhia e suas controladas, em duas categorias: Passivos financeiros ao custo amortizado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca

## **2. Resumo das principais políticas contábeis—Continuação**

### **2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente—Continuação**

ou modificação deixa de reconhecida no passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

### **2.8. Estoques**

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, cujo valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado menos custos para concluir e vender.

Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perda por desvalorização, esta é imediatamente reconhecida no resultado.

### **2.9. Contratos de concessão de serviços - direito de exploração de infraestrutura**

A infraestrutura não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura e para a prestação dos serviços públicos em nome da concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com prazo de concessão.

### **2.10. Investimentos**

A Companhia detém investimentos em empresas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e são, inicialmente, reconhecidos pelo custo de aquisição, sendo este mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

Anualmente, a Companhia avalia se há evidência objetiva de que o investimento sofreu perda por redução ao valor recuperável, sendo que esta perda é o resultado da diferença entre o valor recuperável do investimento e o seu valor contábil.

## **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.11. Imobilizado e Intangível**

Os itens do imobilizado e intangível são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação/amortização e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração, incluindo custos de financiamentos para projetos em construção de longo prazo, caso os critérios para reconhecimento sejam atendidos.

O Grupo inclui no valor contábil de um item do imobilizado e ou intangível o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido e passado o controle ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada como segue:

- Edificações - 25-40 anos
- Máquinas - 10-15 anos
- Veículos - 3-5 anos
- Móveis, utensílios e equipamentos - 3-8 anos

Os intangíveis relacionadas as concessões são amortizados pelo prazo de cada contrato de licitação.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação e amortização dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidos" na demonstração do resultado.

As melhorias e investimentos não reversíveis e não destinados a prestação de serviço de concessão, são registrados como ativos intangíveis. Sua amortização é registrada no resultado conforme período do contrato de concessão.



## 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

### 2.12. Provisões para perdas por redução do valor recuperável em ativos não financeiros

Os ativos não financeiros, exceto estoques, impostos diferidos e os ativos avaliados a valor justo são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável, o valor contábil do ativo (ou a unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) será testado. A perda é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo (ou de uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), menos as despesas de venda, e o valor em uso comparado com o valor contábil residual. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sido reduzidos ao valor recuperável, com exceção do ágio, são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por *redução ao valor recuperável* na data do balanço.

### 2.13. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

#### Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das

evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

**2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação****2.14. Tributação**

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas alíquotas básicas a seguir:

Nome do tributo	Sigla	Alíquotas
		controladora e controladas Lucro real
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	7,6%
Imposto sobre serviço de qualquer natureza	ISS	2% a 5%

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade de PIS/COFINS são apresentados na linha de impostos e contribuições sobre vendas e serviços na demonstração do resultado.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é calculado com base no lucro tributável pela alíquota de 25% e a contribuição social pela alíquota de 9%, reconhecidos pelo regime de competência.

As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido. O imposto de renda é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

Os encargos do imposto de renda e da contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias decorrentes das diferenças entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre o lucro ou créditos fiscais não utilizados anteriormente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados com base em alíquotas de imposto e leis fiscais em vigor, ou substancialmente promulgadas, na data-base das demonstrações financeiras.

O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é avaliado anualmente e uma provisão para desvalorização é registrada quando o valor contábil não pode ser recuperado com base no lucro tributável, presente ou futuro.



## **2. Resumo das principais políticas contábeis—Continuação**

### **2.15. Transações envolvendo pagamento baseado em ações**

O Grupo oferece a seus executivos planos de opção de compra de ações cujas características patrimoniais estão descritas abaixo. As opções são alienadas, com pagamento à vista, ao seu valor justo, determinado com base em metodologia reconhecida, na data de cada outorga.

Cada opção adquirida dá ao seu proprietário o direito à aquisição de uma ação ordinária, por preço preestabelecido, na data de exercício da opção. O pagamento das ações, na data de exercício das opções, será também registrado a crédito do patrimônio líquido da Companhia. O valor justo das opções outorgadas não sofre alteração após a data da outorga.

O valor justo das opções outorgadas permanece o mesmo após a data da outorga. A divulgação dos detalhes dos planos de opção obedece às disposições de divulgação do CPC 10, apenas pelo direito de exercício da opção está condicionado à permanência dos executivos no Grupo. Os efeitos foram refletidos no patrimônio líquido, na rubrica “Reserva de capital”.

### **2.16. Distribuição de dividendos**

A distribuição de dividendos para os acionistas do Grupo é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição, pela administração, do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia e de suas controladas.

### **2.17. Capital social**

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

### **2.18. Reconhecimento de receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e de suas controladas.

O Grupo reconhece a receita quando: (I) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (II) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e (III) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e de suas controladas, conforme descrição a seguir.

## **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.18. Reconhecimento de receita-- Continuação**

a) Venda de produto

As vendas dos produtos são reconhecidas quando o Grupo vende um produto para o cliente, que assume o controle do produto na mesma data em que a transação ocorre. As vendas são, geralmente, realizadas em dinheiro ou por meio de cartão, de crédito ou débito.

b) Venda de serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida na medida em que os serviços de apoio à visitação são executados na exploração das áreas do centro de visitantes, terminal de passageiros, trilhas, entre outros serviços de apoio à visitação, dado o contexto das concessões parte das vendas dos ingressos não são consideradas como receita do projeto e sim como repasses a realizar ao ente concedente, operacionalização e valores variam conforme contrato de concessão.

c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva.

### **2.19. Custo de empréstimos**

Os saldos dos empréstimos são inicialmente reconhecidos pelos valores contratuais, no momento do recebimento dos recursos. Em seguida, os valores passam a ser amortizados conforme cronograma de pagamentos, em linha com as cláusulas previstas em seus respectivos contratos.

### **2.20. Receitas e despesas financeiras**

Receita financeira compreende juros recebidos ou a receber sobre aplicações financeiras, atualizações monetárias. Receitas de juros são reconhecidas pelo período de competência a não ser que o recebimento seja duvidoso.

Despesas financeiras compreendem juros a pagar sobre empréstimos calculados com base na taxa de juros efetiva, perdas com ativos financeiros classificados como mantidos para negociação, perdas por redução ao valor de recuperação de ativos financeiros disponíveis para venda, assim como qualquer perda financeira. Todos os juros e custos incorridos relacionados a um empréstimo ou uma transação financeira são reconhecidos, conforme incorridos, como despesas financeiras, exceto quando capitalizados.

## **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.21. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021**

A Companhia aplicou pela primeira vez determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após esta data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas mas ainda não vigentes.

#### Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

- Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado.
- Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado.
- Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.

Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

#### Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021.

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação para de 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. No entanto, a Companhia ainda não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados à Covid-19 mas planeja aplicar o expediente prático quando disponível dentro do período da norma.

### **3. Estimativas, julgamentos e premissas contábeis significativos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

#### **3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas**

##### Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

##### Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor a ser registrado.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

Descrevemos abaixo as principais estimativas da Companhia:

##### a) Realização de créditos fiscais diferidos

Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Estes prejuízos se referem a controladas que apresentam histórico de prejuízos, não prescrevem e não podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável em outra parte da Companhia. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. Estas controladas não têm diferenças temporárias tributáveis ou planejamentos fiscais que poderiam parcialmente justificar o reconhecimento de ativo fiscal diferido. Para mais detalhes sobre tributos diferidos, vide Nota 8.

### **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos--Continuação**

#### **3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas--Continuação**

##### Estimativas e premissas--Continuação

##### b) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento da Companhia e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.



## 5. Contas a receber de clientes - Continuação

A Companhia possui normas para o monitoramento de créditos e duplicatas vencidas, sendo o saldo exposto ao risco advindo da possibilidade de não recebimento dos valores decorrentes de operações de venda de produtos.

Com base nos requerimentos do CPC 48, a Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito dos montantes vencidos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, ajustada a fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. Após a avaliação histórica para estimar a perda futura, a administração da Companhia concluiu não ser necessário a constituição de provisão para perdas de créditos esperadas. Por esse motivo, a administração da Companhia entende que as contas a receber estão registradas pelos valores que representam a melhor expectativa de sua liquidação.

A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplência quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 180 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplência quando informações internas ou externas indicam ser improvável o recebimento integral dos valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Importante mencionar que a carteira de clientes das controladas, exceto cartões de crédito, é basicamente composta de operadoras de turismo e sites parceiros, que possuem suas relações comerciais regulamentadas através dos contratos firmados entre as partes. As operadoras e sites parceiros inadimplentes podem ter seu crédito suspenso, para congelamento da dívida e posterior negociação, sendo as novas compras liberadas mediante pagamento antecipado.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não foi identificada pela administração necessidade de constituição de provisão para perdas de créditos esperadas.

## 6. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Souvenires	2.141	2.060	4.535	3.921
Gastronomia	350	142	350	142
	<b>2.491</b>	<b>2.202</b>	<b>4.885</b>	<b>4.063</b>

Os saldos de souvenirs e Gastronomia referem-se a produtos destinados à exploração comercial em pontos de visitação, valor apresentado encontra-se líquido de provisão de perda, sendo na controladora em Souvenires R\$ 20 (R\$ 29 em 2020) Gastronomia R\$ 39 (R\$ 61 em 2020) e na consolidada em Souvenires R\$ 425 (R\$215 em 2020); Gastronomia R\$ 39 (R\$ 61 em 2020).

A Companhia não possui estoques dados em garantia.



## **7. Títulos da dívida do Estado**

A Companhia possui precatórios a receber da Secretária de Fazenda do Estado do Paraná, não próprios, adquiridos entre os anos de 2004 e 2008, inicialmente com a finalidade de compensação dos débitos relacionados a ICMS. Em dezembro de 2009, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 62/2009, que alterou o regime de pagamento dos precatórios, e extinguiu a hipótese de compensação. Conseqüentemente, a Companhia cessou os pedidos de compensação, passando a efetuar o pagamento em dinheiro do ICMS devido, a partir de dezembro de 2009.

A Lei estadual nº 17.082/2012 criou a Câmara de Conciliação de Precatórios, com vistas à formalização de acordos diretos entre o Estado do Paraná e os contribuintes que possuem tributos pendentes de pagamento em razão dos pedidos de compensação ainda não finalizados. Desta forma, em 2012, a Companhia formulou requerimento junto à Câmara de Conciliação de Precatórios a fim de que seja liquidada a parcela devida de parcelamento de ICMS com os créditos de precatório de que é titular. O requerimento foi negado pelo Estado.

Hoje todo valor constante em nosso balanço aguarda a decisão de suas causas individuais, como um direito a ser realizado, não mais vinculados ao processo de compensação de valores de ICMS.

Em 31 de dezembro de 2021, tais precatórios, no valor de R\$8.221 (Em 31 de dezembro de 2020, R\$6.884), sendo parte registrados a valor de custo ajustado por provisão, correspondendo a 60% do valor de aquisição (pago) do título, parte pelo valor justo, nos casos em que é possível fazer esta apuração. Durante o exercício de 2021 os precatórios sofreram atualização no montante de R\$ 1.337, os quais encontram-se registrados na rubrica de receita financeira. Esses precatórios estão sendo acompanhados por um escritório de advocacia especializado junto a Procuradoria Geral do Estado.



## 8. Imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	<b>31.677</b>	22.102	<b>72.082</b>	61.133
Provisões diversas (Contingências, entre outros)	<b>4.110</b>	3.712	<b>6.480</b>	5.001
Provisão Pis e Cofins (*)	<b>617</b>	617	<b>2.461</b>	4.521
Base do crédito fiscal diferido ativo	<b>36.404</b>	26.431	<b>81.023</b>	70.655
Imposto de renda diferido ativo	<b>9.102</b>	6.609	<b>20.255</b>	17.665
Contribuição social diferida ativa	<b>3.276</b>	2.378	<b>7.292</b>	6.359
Total IR e CS diferido ativo	<b>12.378</b>	8.987	<b>27.547</b>	24.024
Base do crédito fiscal diferido passivo	<b>3.838</b>	5.347	<b>3.838</b>	5.347
Imposto de renda diferido passivo	<b>(960)</b>	(1.337)	<b>(960)</b>	(1.337)
Contribuição social diferida passiva	<b>(345)</b>	(481)	<b>(345)</b>	(481)
Total IR e CS diferido passivo	<b>(1.305)</b>	(1.818)	<b>(1.305)</b>	(1.818)
Total	<b>11.073</b>	7.169	<b>26.242</b>	22.206

(\*) Referem-se à ação judicial para enquadramento das empresas como Parques Temáticos mudando assim a alíquota do Pis e Cofins, bem como da ação para exclusão do ICMS da base de Pis e Cofins.

A Companhia vem adotando medidas que propiciarão o consumo dos saldos de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, com conseqüente realização do ativo fiscal diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL como: (i) reorganizações societárias; (ii) melhorias operacionais; (iii) renegociações de dívidas, com redução de taxas de juros, entre outros.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos serão realizados de acordo com as expectativas da Administração, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
2021	-	245	-	884
2022	<b>2.643</b>	2.145	<b>4.972</b>	4.874
2023	<b>8.127</b>	6.597	<b>11.237</b>	11.018
2024 a 2025	<b>303</b>	-	<b>7.701</b>	5.848
2026 a 2027	-	-	<b>2.332</b>	1.400
	<b>11.073</b>	8.987	<b>26.242</b>	24.024

A Companhia não identificou indicativos de perda por realização de créditos tributários durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

## 9. Investimentos

### a) Informações sobre investimentos em controladas (\*)

	Controlada	Participação da Companhia		Capital social	PL	Lucro líquido (prejuízo)	Distribuição de dividendos (****)	Saldo de investimento	Equivalência
		Direta	Indireta						
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>									
Paineiras Corcovado Ltda	Direta	52% (**)	100%	10.849	12.641	(103)	(2.352)	6.574	(54)
Espaço das Américas S.A	Direta	100%	100%	18.808	9.231	(55)	-	9.231	(55)
Eco-Noronha S.A	Direta	100%	100%	7.066	7.608	2.091	(1.346)	7.609	2.090
Aquário do Pantanal S/A	Direta	100%	100%	1.066	989	-	-	989	-
RioZoo Zoológico do Rio de Janeiro S/A	Direta	100%	100%	30.504	13.512	(2.139)	-	13.512	(2.139)
Eco-Iguaçu S/A	Direta	100%	100%	40.687	40.578	(211)	(1.838)	40.578	(211)
VIA GC Agência de Turismo S.A	Direta	100%	100%	-	-	-	-	-	-
Aquario Marinho Rio de Janeiro S/A (***)	Direta	75%(**)	100%	87.848	92.432	3.912	(695)	86.663	2.916
Alto-Paineiras Corcovado Artes e Lanches S.A.	Direta	100%	100%	954	1.128	174	-	1.128	174
Aqua-BSB Aquário de Brasília S.A.	Direta	100%	100%	570	570	-	-	570	-
Aqua-Foz Aquário de Foz do Iguaçu S.A.	Direta	100%	100%	11.000	14.161	-	-	14.161	-
							(6.231)	181.015	2.721

	Controlada	Participação da Companhia		Capital social	PL	Lucro líquido (Prejuízo)	Distribuição de dividendos	Saldo de investimento	Equivalência
		Direta	Indireta						
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>									
Paineiras Corcovado Ltda	Direta	52% (**)	100%	10.849	17.268	1.087	(1.047)	8.979	566
Espaço das Américas S.A	Direta	100%	100%	18.808	9.286	(2.355)	-	9.286	(2.355)
Eco-Noronha S.A	Direta	100%	100%	7.066	6.863	(640)	(2.249)	6.864	(641)
Aquário do Pantanal S/A	Direta	100%	100%	1.066	990	-	-	990	-
RioZoo Zoológico do Rio de Janeiro S/A	Direta	100%	100%	30.504	15.651	(4.997)	-	15.651	(4.997)
Eco-Iguaçu S/A	Direta	100%	100%	40.687	43.197	1.434	(4.500)	43.197	1.434
Aquario Marinho Rio de Janeiro S/A	Indireta	33%**	100%	33.398	35.002	2.526	(3.309)	83.871	842
							(11.105)	168.838	(5.151)

(\*) Via GC Agência de Turismo S.A encontra-se em processo de baixa e não possui valores patrimoniais ou de resultado.

(\*\*) Indiretamente a companhia possui 100% dado que a participação complementar pertence a sua controlada integral Eco-Iguaçu. Adicionalmente, este investimento contempla o valor de R\$ 54.450 referente as debêntures conversíveis em ações detidas pela Cataratas do Iguaçu S.A., as quais foram integralizadas em janeiro de 2021, passando a Companhia a deter diretamente 75% de participação na Aquario (33% em 31 de dezembro de 2020).

(\*\*\*) O investimento contempla o ágio gerado na aquisição da Aquario no montante de R\$ 17.755, conforme explicado na nota abaixo.

(\*\*\*\*) Deste montante total de R\$ 6.230 de dividendos distribuídos, R\$ 1.500 foram pagos e R\$ 4.731 encontram-se registrados na rubrica "dividendos a receber" no ativo circulante.

### 9. Investimentos--Continuação

#### b) Outras informações relevantes sobre os investimentos

*Controladas diretas e indiretas*

##### Paineiras-Corcovado Ltda.

A Paineiras-Corcovado Ltda. foi constituída em 18 de abril de 2012. Suas atividades consistem na prestação de serviços de controle de acesso rodoviário e transporte de visitantes no trecho Paineiras - Corcovado, incluindo serviços de cobrança de ingressos, estacionamento de veículos, alimentação, lojas de conveniência e centro de visitação e eventos, em nome do concedente Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, para exploração de áreas turísticas no Parque Nacional da Tijuca, no Estado do Rio de Janeiro.

A concessão está firmada no Contrato 001/2012, cuja vigência será de 20 anos, podendo ser prorrogado na forma definida no contrato, conforme interesse público, por mais cinco anos.

Em 5 de julho de 2018, a Eco-Iguaçu S.A., subsidiária integral da Cataratas do Iguaçu S.A. assinou o contrato de compra e venda de ações para adquirir 48% da Paineiras Corcovado Ltda. detidos pelos acionistas Bel-Tour Turismo e Transportes Ltda. e Esfeco Administração Ltda. Dessa forma, a Cataratas do Iguaçu S.A. passa a deter, indiretamente, 100% das quotas da Paineiras.

##### Aquário do Pantanal S.A.

O Aquário do Pantanal S.A. foi constituída em 19 de dezembro de 2014, tendo por atividades a operação, manutenção e exploração do empreendimento público denominado Aquário do Pantanal, que consiste em uma galeria de aquários, em um centro de negócios e em um centro de conhecimento e divulgação científica da biodiversidade do Mato Grosso do Sul.

A concessão está firmada no contrato 001/2014, cuja vigência será de 25 anos após o término das obras, por responsabilidade do estado do Mato Grosso do Sul, podendo ser prorrogado na forma definida no contrato, conforme interesse público por mais 10 anos. Empresa fora de operação, aguardando a conclusão da obra.

##### Eco-Noronha S.A.

A Eco Noronha S.A. foi constituída em 30 de junho de 2015, tendo como objeto social a exploração dos serviços de apoio à visitação pública do Parque Nacional Marinho Fernando de Noronha, em Pernambuco, cobrança de ingressos e exploração comercial de pontos de apoio à visitação do centro de visitantes. A concessão é válida até novembro de 2025, prorrogável por 5 anos.

## Cataratas do Iguaçu S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)



### 9. Investimentos--Continuação

- b) Outras informações relevantes sobre os investimentos--Continuação  
Controladas diretas e indiretas--Continuação

#### Espaço das Américas S.A.

A Espaço das Américas S.A. foi constituída em 3 de julho de 2015, tendo por finalidade as atividades de implantação, operação, administração, manutenção, conservação e desenvolvimento turístico do Marco das Três Fronteiras no município de Foz do Iguaçu, no Paraná. A concessão está firmada no Edital 004/2015, cuja vigência será de 15 anos, podendo ser prorrogado na forma definida no contrato.

#### RioZoo Zoológico do Rio de Janeiro S.A.

O RioZoo Zoológico do Rio de Janeiro S.A. foi constituído em 9 de setembro de 2016, tendo por atividades a operação, manutenção e administração do zoológico do Rio de Janeiro, localizado na Quinta da Boa Vista. A concessão é válida por 35 anos.

#### Via GC Agência de Turismo S.A.

A Via GC Agência de Turismo S.A foi constituída em 23 de novembro de 2018, tendo por finalidade a prestação de serviços turísticos, na categoria de agência de viagem e turismo. A empresa ainda não está operando.

#### Eco Iguaçu S.A.

A Eco Iguaçu S.A. foi constituída em 2013, com o intuito de investir em novas aquisições do grupo, focando em novos negócios, sejam eles aquisições de empresas existentes ou o desenvolvimento de um novo projeto, configurando como uma holding de novos negócios.

Em 2018 adquiriu participação societária no AquaRio Aquário Marinho do Rio de Janeiro e na Paineiras Corcovado Ltda.

#### Aqua-Rio Aquário Marinho do Rio de Janeiro S.A.

Em 5 de julho de 2018 a Eco-Iguaçu S.A., subsidiária integral da Cataratas do Iguaçu S.A. assinou um contrato de compra e venda de ações para adquirir 66,7% do AquaRio Aquário Marinho do Rio S.A. ("AquaRio") e 48% da Paineiras Corcovado Ltda. detidos pelos acionistas Bel-Tour Turismo e Transportes Ltda. e Esfeco Administração Ltda. Dessa forma, a Cataratas do Iguaçu S.A. passou a deter, indiretamente, 100% das ações do Aqua-Rio. A diferença de R\$17.755 entre o montante pago e o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos identificados preliminarmente foi contabilizada como goodwill e foi corroborada pelo laudo para alocação do preço de compra.

### 9. Investimentos--Continuação

- b) Outras informações relevantes sobre os investimentos--Continuação  
Controladas diretas e indiretas--Continuação

#### Aqua-Rio Aquário Marinho do Rio de Janeiro S.A. --Continuação

Em 01 de janeiro de 2021 a Cataratas do Iguaçu S.A. converteu R\$ 54.450 de Debêntures conversíveis em ações da AquaRio, passando a deter 75% das ações e a Eco-Iguaçu ficando com 25%.

O Aqua-Rio Aquário Marinho do Rio de Janeiro S.A. (o "AquaRio"), constituído em 24 de julho de 2013, com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem por objeto social a implantação, construção, manutenção e a operação de um museu de ciência denominado "Aquário Marinho da Cidade do Rio de Janeiro", cuja entrada em operação ocorreu em 9 de novembro de 2016.

O objetivo do AquaRio é operar um equipamento moderno e multifuncional de lazer, entretenimento, cultura, pesquisa e educação ambiental, criando a oportunidade da cidade do Rio de Janeiro oferecer a visitação de um espaço único com atrações e tecnologias inovadoras.

Com 22 mil m<sup>2</sup> de área construída e 4,2 milhões de litros de água, é o maior aquário marinho da América do Sul e terá após maturação do plantel, aproximadamente, 8 mil animais de 350 espécies diferentes em exposição (não auditado).

#### Aqua-Foz Aquário de Foz do Iguaçu S.A.

O Aqua-Foz Aquário de Foz do Iguaçu S.A. (o "AquaFoz"), constituído em 08 de junho de 2021, com sede na cidade de Foz do Iguaçu, tem por objeto social a implantação, construção, manutenção de um aquário, cuja entrada em operação deve ocorrer no período máximo de 24 meses.

O objetivo do AquaFoz é operar um equipamento moderno e multifuncional de lazer, entretenimento, cultura, pesquisa e educação ambiental, criando a oportunidade da cidade de Foz do Iguaçu oferecer a visitação de um espaço único com atrações e tecnologias inovadoras.

#### Alto-Paineiras Corcovado Artes e Lanches S.A.

O Alto-Paineiras Corcovado Artes e Lanches S.A. (o "Alto Corcovado"), constituído em 03 de agosto de 2021, como subsidiária integral da Cataratas do Iguaçu S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem por objeto social a operação de lojas comerciais e lanchonetes no Alto Corcovado, situado no Parque Nacional da Tijuca, cuja entrada em operação se deu no dia 12 de outubro de 2021.

O objetivo do Alto Corcovado é operar um equipamento moderno e multifuncional de comércio de souvenirs, alimentos e bebidas, conforme Termos de permissão de Uso firmados com o ICMBio, proprietário da localidade, em 30 de agosto de 2021, de 3 lojas, (lojas 4, 5 e 7) sendo 2 para comércio de souvenirs e 1 para comércio de alimentos e bebidas.

## Cataratas do Iguaçu S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### 9. Investimentos--Continuação

- b) Outras informações relevantes sobre os investimentos--Continuação  
Controladas diretas e indiretas—Continuação

#### Aqua-BSB Aquário de Brasília S.A.

O Aqua-BSB Aquário de Brasília S.A. (o "AquaBSB"), constituído em 03 de novembro de 2021, com sede em Brasília, tem por objeto social a implantação, construção, manutenção de um aquário, cuja entrada em operação deve ocorrer no período máximo de 24 meses.

O objetivo do AquaBSB é operar um equipamento moderno e multifuncional de lazer, entretenimento, cultura, pesquisa e educação ambiental, criando a oportunidade de Brasília oferecer a visitação de um espaço único com atrações e tecnologias inovadoras.

#### *Mantenedora*

#### Instituto Conhecer para Conservar

A Associação Civil Instituto Conhecer para Conservar foi criado em 28 de julho de 2015, é uma associação sem fins lucrativos, econômicos, político-partidários ou religiosos, cuja finalidade é a defesa, preservação e conservação do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável, da assistência social, cidadania, cultura e esporte, principalmente no âmbito da questão socioambiental.

A Cataratas do Iguaçu S.A foi admitida como associada mantenedora, em 5 de fevereiro de 2018, através da 4ª AGE do Instituto Conhecer para Conservar.

## Cataratas do Iguaçu S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)



### c) Resumo das informações financeiras

O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras das controladas.

#### (i) Balanço Patrimonial sintético

	Paineiras		Noronha		Marco		Pantanal		RioZoo		Eco-Iguaçu		AquaRio		Alto	AquaFoz	Aqua BSB
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2021	2021
<b>Circulante</b>																	
Ativo	6.079	4.886	3.679	1.730	4.505	5.009	8	9	12.423	29.844	1.696	48	15.427	27.748	1.310	-	100
Passivo	(10.132)	(6.427)	(3.339)	(1.002)	(5.470)	(5.529)	-	-	(19.627)	(30.607)	(6.817)	(7)	(10.007)	(5.650)	(436)	-	-
<b>Ativo circulante líquido</b>	<b>(4.053)</b>	<b>(1.541)</b>	<b>340</b>	<b>728</b>	<b>(965)</b>	<b>(520)</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>(7.204)</b>	<b>(763)</b>	<b>(5.121)</b>	<b>41</b>	<b>5.420</b>	<b>22.098</b>	<b>874</b>	<b>-</b>	<b>100</b>
<b>Não circulante</b>																	
Ativo	37.220	40.092	7.830	7.063	24.459	25.236	983	983	121.106	101.004	74.928	76.960	184.267	168.192	254	14.161	470
Passivo	(20.525)	(21.283)	(562)	(928)	(14.263)	(15.430)	(2)	(2)	(100.390)	(84.590)	(29.230)	(33.804)	(97.255)	(100.838)	-	-	-
<b>Não circulante líquido</b>	<b>16.695</b>	<b>18.809</b>	<b>7.268</b>	<b>6.135</b>	<b>10.196</b>	<b>9.806</b>	<b>981</b>	<b>981</b>	<b>20.716</b>	<b>16.414</b>	<b>45.698</b>	<b>43.156</b>	<b>87.012</b>	<b>67.354</b>	<b>254</b>	<b>14.161</b>	<b>470</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>12.642</b>	<b>17.268</b>	<b>7.608</b>	<b>6.863</b>	<b>9.231</b>	<b>9.286</b>	<b>989</b>	<b>990</b>	<b>13.512</b>	<b>15.651</b>	<b>40.577</b>	<b>43.197</b>	<b>92.432</b>	<b>89.452</b>	<b>1.128</b>	<b>14.161</b>	<b>570</b>

#### (ii) Demonstração do resultado sintética

	Paineiras		Noronha		Marco		Pantanal		RioZoo		Eco-Iguaçu		AquaRio		Alto Paineiras	AquaFoz	Aqua BSB
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2021	2021
Receitas	20.971	13.707	11.401	3.774	16.409	9.499	-	-	45.794	203	-	-	56.270	37.797	1.115	-	-
Lucro (prejuízo) líquido	(104)	1.086	2.091	(640)	(55)	(2.355)	(1)	-	(2.139)	(4.997)	(211)	1.434	3.912	2.526	174	-	-

## Cataratas do Iguaçu S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)



### 10. Imobilizado e intangível

#### a) Composição do saldo Imobilizado (Controladora)

Custo	Imobilizado Controladora					Total Imobilizado
	Edificações e benfeitorias	Veículos	Computadores e Periféricos	Móveis e Utensílios	Máquina e Equipamentos	
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	774	838	627	956	430	3.625
Transferências	38	(838)	6	(625)	(410)	(1.829)
Adições / Baixas	30	-	170		14	214
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>842</b>	<b>-</b>	<b>803</b>	<b>331</b>	<b>34</b>	<b>2.010</b>
Adições / Baixas	-	-	65	22	-	87
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>842</b>	<b>-</b>	<b>868</b>	<b>353</b>	<b>34</b>	<b>2.097</b>
Depreciação	Edificações e benfeitorias	Veículos	Computadores e Periféricos	Móveis e Utensílios	Máquina e Equipamentos	Total Imobilizado
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	(569)	-	(163)	(53)	(2)	(787)
Baixas	(41)	-	(34)	(65)	4	(136)
Depreciações	(175)	-	(207)	(40)	(8)	(430)
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>(785)</b>	<b>-</b>	<b>(404)</b>	<b>(158)</b>	<b>(6)</b>	<b>(1.353)</b>
Depreciações	(15)	-	(145)	(35)	(4)	(199)
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>(800)</b>	<b>-</b>	<b>(549)</b>	<b>(193)</b>	<b>(10)</b>	<b>(1.552)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>57</b>	<b>-</b>	<b>399</b>	<b>173</b>	<b>28</b>	<b>657</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>42</b>	<b>-</b>	<b>319</b>	<b>160</b>	<b>24</b>	<b>545</b>



## 10. Imobilizado e intangível--Continuação

### b) Composição do saldo Intangível (Controladora)

Custo	Intangível Controladora			Total Intangível
	Software	Concessão	Ágio	
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	1.632	59.347	-	60.979
Transferências	(1)	1.829	-	1.828
Adições / Baixas	488	1.088	-	1.576
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	2.119	62.264	-	64.383
Adições / Baixas	<b>480</b>	<b>934</b>	-	<b>1.414</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>2.599</b>	<b>63.198</b>	-	<b>65.797</b>
Depreciação	Software	Concessão	Ágio	Total Intangível
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	(754)	(51.979)	-	(52.733)
Transferência	(414)	549	-	135
Adições / Baixas	-	86	-	86
Depreciações	(485)	(5.845)	-	(6.330)
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>(1.653)</b>	<b>(57.189)</b>	-	<b>(58.842)</b>
Adições / Baixas	-	<b>43</b>	-	<b>43</b>
Depreciações	<b>(496)</b>	<b>(4.459)</b>	-	<b>(4.955)</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>(2.149)</b>	<b>(61.605)</b>	-	<b>(63.754)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	466	5.075	-	5.541
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>450</b>	<b>1.593</b>	-	<b>2.043</b>

## Cataratas do Iguaçu S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)



### 10. Imobilizado e intangível--Continuação

#### c) Composição do saldo Imobilizado (Consolidado)

Custo								Imobilizado Consolidado	
	Edificações e benfeitorias	Veículos	Animais	Computadores e Periféricos	Móveis e Utensílios	Máquina e Equipamentos	Obras de arte	Terrenos	Total Imobilizado
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>84.986</b>	<b>1.050</b>	<b>4.235</b>	<b>1.608</b>	<b>1.778</b>	<b>39.316</b>	-	-	<b>132.973</b>
Transferência	160	(838)	-	(175)	(1.041)	(845)	-	-	(2.739)
Adições / Baixas	4.863	(50)	181	23	6	765	-	-	5.788
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>90.009</b>	<b>162</b>	<b>4.416</b>	<b>1.456</b>	<b>743</b>	<b>39.236</b>	-	-	<b>136.022</b>
Adições/Baixas	(2.053)	-	236	106	127	(2.733)	21	11.227	6.931
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>87.956</b>	<b>162</b>	<b>4.652</b>	<b>1.562</b>	<b>870</b>	<b>36.503</b>	<b>21</b>	<b>11.227</b>	<b>142.953</b>
Depreciação	Edificações e benfeitorias	Veículos	Animais	Computadores e Periféricos	Móveis e Utensílios	Máquina e Equipamentos	Obras de arte	Terrenos	Total Imobilizado
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>(10.458)</b>	<b>(163)</b>	<b>(1.508)</b>	<b>(602)</b>	<b>(316)</b>	<b>(10.805)</b>	-	-	<b>(23.852)</b>
Transferência	(30)	(2)	(1)	72	158	270	-	-	467
Baixas	-	50	-	218	5	-	-	-	273
Depreciações	(3.410)	(41)	(1.621)	(298)	(137)	(3.611)	-	-	(9.118)
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>(13.898)</b>	<b>(156)</b>	<b>(3.130)</b>	<b>(610)</b>	<b>(290)</b>	<b>(14.146)</b>	-	-	<b>(32.230)</b>
Transferência	-	-	-	-	-	3	-	-	3
Baixas	3.856	-	2	8	10	3	-	-	3.879
Depreciações	(3.284)	(6)	(732)	(343)	(99)	(4.244)	-	-	(8.708)
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>(13.326)</b>	<b>(162)</b>	<b>(3.860)</b>	<b>(945)</b>	<b>(379)</b>	<b>(18.384)</b>	-	-	<b>(37.056)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>76.111</b>	<b>6</b>	<b>1.286</b>	<b>846</b>	<b>453</b>	<b>25.090</b>	-	-	<b>103.792</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>74.630</b>	-	<b>792</b>	<b>617</b>	<b>491</b>	<b>18.119</b>	<b>21</b>	<b>11.227</b>	<b>105.897</b>

## 10. Imobilizado e intangível--Continuação

### d) Composição do saldo Intangível (Consolidado)

Custo	Intangível Consolidado			Total Intangível
	Software	Concessão	Ágio	
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>2.456</b>	<b>199.089</b>	<b>53.273</b>	<b>254.818</b>
Transferência	72	2.669	-	2.741
Adições / Baixas	475	45.819	-	46.294
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>3.003</b>	<b>247.577</b>	<b>53.273</b>	<b>303.853</b>
Baixas	-	(39)	-	(39)
Adições	783	21.830	-	22.613
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>3.786</b>	<b>269.368</b>	<b>53.273</b>	<b>326.427</b>
Depreciação	Software	Concessão	Ágio	Total Intangível
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>(1.090)</b>	<b>(75.316)</b>	<b>-</b>	<b>(76.406)</b>
Impairment	-	1.794	-	1.794
Transferência	(421)	(50)	-	(471)
Baixas	88	469	-	557
Depreciações	(674)	(12.550)	-	(13.224)
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>(2.097)</b>	<b>(85.653)</b>	<b>-</b>	<b>(87.750)</b>
Transferência	(8)	5	-	(3)
Baixas	-	34	-	34
Depreciações	(637)	(14.526)	-	(15.163)
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>(2.742)</b>	<b>(100.140)</b>	<b>-</b>	<b>(102.882)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>906</b>	<b>161.924</b>	<b>53.273</b>	<b>216.103</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>1.044</b>	<b>169.228</b>	<b>53.273</b>	<b>223.545</b>

(\*) A adição ocorrida em 2020 e 2021 corresponde a Concessão do BioParque. Deste montante R\$ 1.031 referem-se a juros e encargos associado aos empréstimos capitalizados até março de 2021 (R\$ 5.319 até 31 de dezembro de 2020), tendo em vista que inauguração do BioParque ocorreu ao final de março de 2021.

Os valores registrados em concessão referem-se a direitos de exploração de infraestrutura e faz parte da concessão, cujos serviços operados pela Companhia são regulados pela concedente (setor público).

A Companhia tem acesso para operar a infraestrutura da concessão para a prestação dos serviços públicos em nome da concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. Nesse contexto, a Companhia recebeu um ativo intangível - um direito de cobrar pelo uso do ativo do setor público que construir ou aperfeiçoar e em seguida operar e manter por um período específico.

## Cataratas do Iguaçu S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)



### 11. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores no valor de R\$ 4.322, no consolidado R\$13.509 (em 31 de dezembro de 2020, R\$2.391, no consolidado R\$7.464) se referem a obrigações a pagar para atividades recorrentes e operacionais da empresa, incluindo prestação de serviços, compra de mercadorias para revenda e aquisição de bens para o ativo intangível e imobilizado.

### 12. Empréstimos e financiamentos

Controladora						
Modalidade	2020	Adições / Aquisições (+) / Baixas (-)	Pagamento de principal (-)	Pagamento de juros (-)	Juros apropriados (+)	2021
Leasing	38	-	(36)	(2)	1	1
Capital de giro	9.384	-	(2.916)	(698)	684	6.454
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	927	-	(254)	(50)	45	668
	10.349	-	(3.206)	(750)	730	7.123
Circulante	2.929					4.029
Não circulante	7.420					3.094

Consolidado						
Modalidade	2020	Adições / Aquisições (+)	Pagamento de principal (-)	Pagamento de juros (-)	Juros apropriados (+)	2021
Leasing	38	-	(36)	(2)	5	5
Capital de giro	29.475	-	(2.916)	(2.768)	2.753	26.544
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	927	-	(254)	(50)	45	668
Finep	5.577	-	(1.542)	(289)	276	4.022
BNDES	50.857	11.068	(7.837)	(6.239)	4.422	52.271
Ponte BNDES	20.073	-	(20.000)	(73)	-	-
Debêntures não-conversíveis públicas	89.140	-	-	(5.847)	6.363	89.656
	196.087	11.068	(32.585)	(15.268)	13.864	173.166
Circulante	33.854					18.672
Não circulante	162.233					154.494

## 12. Empréstimos e financiamentos--Continuação

<b>Controladora</b>						
<b>Modalidade</b>	<b>2019</b>	<b>Adições / Aquisições (+) / Baixas (-)</b>	<b>Pagamento de principal (-)</b>	<b>Pagamento de juros (-)</b>	<b>Juros apropriados (+)</b>	<b>2020</b>
Finame	504	-	(504)	(7)	7	-
Leasing	104	-	(67)	(9)	10	38
Capital de giro	-	18.380	(9.000)	(512)	516	9.384
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	5.550	-	(4.539)	(185)	101	927
	6.158	18.380	(14.110)	(713)	634	10.349
Circulante	5.249					2.929
Não circulante	909					7.420

<b>Consolidado</b>						
<b>Modalidade</b>	<b>2019</b>	<b>Adições / Aquisições (+)</b>	<b>Pagamento de principal (-)</b>	<b>Pagamento de juros (-)</b>	<b>Juros apropriados (+)</b>	<b>2020</b>
Finame	504	-	(504)	(7)	7	-
Leasing	189	-	(151)	(28)	28	38
Capital de giro	-	38.380	(9.000)	(512)	607	29.475
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	20.855	-	(19.819)	(311)	202	927
Finep	7.136	-	(1.522)	(408)	371	5.577
BNDES	23.446	26.055	(476)	(1.245)	3.077	50.857
Ponte BNDES	30.167	-	(10.000)	(1.218)	1.124	20.073
Debêntures não-conversíveis públicas	109.104	-	(19.257)	(5.552)	4.845	89.140
	191.401	64.435	(60.729)	(9.281)	10.261	196.087
Circulante	43.524					33.854
Não circulante	147.877					162.233

### a) Informações sobre os empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos possuem vencimento máximo em julho de 2028, com juros pré-fixados que variam de 8,47% ao ano até 13,02% ao ano, e operações pré-fixadas e pós fixadas que variam de 1,00% ao ano até 2,90% ao ano e 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) ou 100% da variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) respectivamente, e parcelas com vencimento mensal, trimestral e semestral, taxas praticadas em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

## 12. Empréstimos e financiamentos--Continuação

### b) Captações de empréstimos e financiamentos e debêntures

Em dezembro de 2019 a controlada Aqua-Rio Aquário Marinho do Rio de Janeiro S.A. procedeu com a 11ª emissão de debêntures não conversíveis, no valor de R\$90.000, com recebimento líquido dos recursos apenas em janeiro de 2020, sendo liquidada a 1ª emissão de debêntures não conversíveis. A 11ª emissão de debêntures possui custo pós-fixado de 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e custo pré-fixado médio de 2,3% ao ano. Com as garantias a seguir para 11ª emissão de debêntures: (1) Cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Aqua-Rio Aquário Marinho do Rio de Janeiro S.A. (2) Fiança cedida pelo Grupo Cataratas.

No período de abril de 2019 até março de 2021 a controlada RioZoo Zoológico do Rio de Janeiro S/A. fez a captação de 7 (sete) desembolsos de financiamentos junto ao Banco BNDES no montante de R\$ 52.355, sendo R\$ 41.287 até 31 de dezembro de 2020.

Durante o exercício de 2021 foram liberados os últimos valores relativos ao contrato firmado em 2019 junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no montante total de R\$11.968, com custo pós-fixado de 100% da variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e custo pré-fixado em 2,90% ao ano. Com as garantias a seguir: (1) Cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da RioZoo Zoológico do Rio de Janeiro S/A e (2) Fiança bancária.

Ao longo do exercício de 2020 a Controladora fez a captação de R\$ 18.380 e suas controladas Aqua-Rio R\$ 10.000 e RioZoo R\$ 10.000. Com custos que variam de custo pós-fixado de 100% de CDI mais custo pré-fixado em 3,92% a.a. a apenas custos pré-fixados.

### d) Cláusulas restritivas ("covenants")

A emissão da 11ª debêntures não conversíveis, em dezembro de 2019, no valor de R\$90.000 pela controlada Aqua-Rio Aquário Marinho do Rio de Janeiro S.A, possui cláusulas restritivas vinculadas à manutenção de determinados índices financeiros e não financeiros. Cláusulas restritivas estas não exigíveis em 2021 e 2020.

## 13. Obrigações sociais a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Salários e bonificações a pagar	2.335	1.722	4.394	2.880
INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) a pagar	548	613	1.162	1.225
FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) a pagar	133	115	307	219
Provisão para férias e 13º salário	1.365	1.239	3.305	2.444
Outras obrigações trabalhistas	50	29	83	41
	<b>4.431</b>	<b>3.718</b>	<b>9.251</b>	<b>6.809</b>

## 14. Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
ICMS parcelamento (*)	4.271	5.895	4.271	5.895
PIS e COFINS ação judicial (**)	1.404	1.654	3.240	6.017
IRRF a recolher	283	255	525	400
PIS e COFINS a recolher	465	192	1.255	198
ICMS a recolher	253	123	752	322
ISSQN a recolher	252	127	1.096	613
IRPJ e CSLL a pagar	-	-	211	2
	<b>6.928</b>	8.246	<b>11.356</b>	13.447
Circulante	<b>3.146</b>	2.475	<b>5.732</b>	3.762
Não circulante	<b>3.782</b>	5.771	<b>5.624</b>	9.685

(\*) Refere-se ao processo de parcelamento do ICMS ativo da controladora, processo números 13747460-3 e 13747461-1 ambos de 2019.

(\*\*) Processo de não incidência de ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS e configuração dos atrativos como parques temáticos adequando os impostos supracitados no regime cumulativo.

## 15. Provisão para ações judiciais

### a) Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2021, a administração, baseada na opinião dos assessores jurídicos externos da Companhia, entende ser necessário atualizar a constituição de provisão para perdas decorrentes de processos cíveis e trabalhistas, classificados como prováveis, conforme quadro:

#### Classificação provável

	Controladora				Consolidado			
	2019	Constituídas	Baixas	2020	2019	Constituídas	Baixas	2020
Cível	6	-	-	6	39	-	(33)	6
Tributário	702	-	-	702	702	-	-	702
Trabalhista	1.515	245	(379)	1.381	1.569	247	(396)	1.420
	<b>2.223</b>	<b>245</b>	<b>(379)</b>	<b>2.089</b>	<b>2.310</b>	<b>247</b>	<b>(429)</b>	<b>2.128</b>

	Controladora				Consolidado			
	2020	Constituídas	Baixas	2021	2020	Constituídas	Baixas	2021
Cível	6	-	(6)	-	6	-	(6)	-
Tributário	702	-	(702)	-	702	-	(702)	-
Trabalhista	1.381	793	(290)	1.884	1.420	916	(294)	2.042
	<b>2.089</b>	<b>793</b>	<b>(998)</b>	<b>1.884</b>	<b>2.128</b>	<b>916</b>	<b>(1.002)</b>	<b>2.042</b>

## Cataratas do Iguaçu S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)



### 15. Provisão para ações judiciais—Continuação

#### a) Provisão para contingência--Continuação

##### *Classificação possível*

Apresentamos abaixo os valores correspondentes à classificação possível em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Cível	51	25	396	291
Tributária	1.777	-	1.777	-
Trabalhista	263	407	858	590
	<b>2.091</b>	<b>432</b>	<b>3.031</b>	<b>881</b>

#### b) Passivos contratuais

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Bel-Tour Turismo e Transporte LTDA ("Bel-Tour")	-	-	5.607	13.634
Esfeco Administração LTDA ("Esfeco")	-	-	5.659	13.634
Fianças a pagar	-	19	1.715	1.815
	-	19	<b>12.981</b>	<b>29.083</b>
Circulante	-	19	7.374	1.815
Não circulante	-	-	5.607	27.268

Os valores dos passivos contratuais com a Bel-Tour e Esfeco referente a aquisição das cotas acionárias serão liquidados em duas parcelas anuais em março dos próximos anos, com seus valores atualizados pela IGPM do período.

Em 31 de maio de 2021, as controladas Eco-Iguaçu e AquaRio firmaram um instrumento particular de transação e outras avenças com a Bel-Tour e Esfeco para encerrar as controvérsias envolvendo o contrato de aquisição de cotas acionárias e a arbitragem que se encontra em andamento, o referido instrumento gerou uma perda no montante de R\$ 4.425 registrado na rubrica "Outras (despesas) receitas operacionais" na demonstração do resultado do exercício.



### 16. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social é de R\$ 129.043 (R\$ 94.943 em 31 de dezembro de 2020) e está dividido em 31.384.483 ações ordinárias (28.364.976 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2020), no valor médio unitário de R\$ 4,11 (quatro reais e onze centavos) cada (R\$3,35 (três reais e trinta e cinco centavos) em 31 de dezembro de 2020).

Ao longo de 2021, ocorreram duas AGE (Assembleia Geral Extraordinária) deliberando o aumento de capital na Companhia nas seguintes datas, já totalmente integralizados. Em 19 de fevereiro, com 981.460 ações em R\$ 11.000 e em 13 de maio, com 2.038.047 ações em R\$ 34.100. Por um valor médio de R\$ 11,29. Do total de 3.019.507 ações ordinárias emitidas, 54.559 foram destinadas a ações em tesouraria.

#### b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social, não houve constituição de reserva em 2021 e 2020. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

#### c) Distribuição de dividendos

Conforme previsto em estatuto social, após a constituição da reserva legal, o lucro remanescente, ajustado pela constituição de reservas de contingências e a respectiva reversão, se for o caso, será distribuído na seguinte ordem: (a) 25% será destinado ao pagamento de dividendo obrigatório; e, (b) até 75% poderá ser retido com base em orçamento de capital e/ou destinados à constituição de reserva de investimento para assegurar a manutenção do nível de capitalização da Companhia, a expansão das atividades sociais e/ou o reforço do capital de giro, sendo que o saldo das reservas de lucros, com as exceções legais, não excederá o valor do capital social. A Controladora não distribuiu dividendos em 2021 (distribuiu R\$7.000 em 2020).

#### d) Ações em tesouraria

Conforme disposto em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 21 de setembro de 2017, foi aprovado a aquisição pela Companhia para permanência em tesouraria e posterior cancelamento de 741.936 ações ordinárias nominativas de emissão da Companhia, posição que se mantem. Em 2021, 54.559 ações no montante de R\$ 618 foram adicionadas a tesouraria, totalizando 796.495 ações no montante total de R\$ 6.793, ao final de 2021.

## 16. Patrimônio líquido--Continuação

### e) Plano de opções - subscrição de ações da Controladora (Cataratas do Iguaçu S/A) – com 3 programas vigentes

A Companhia disponibiliza, aos seus administradores, executivos, empregados e prestadores de serviços, planos de subscrição de ações, sendo estes o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia “Plano de Opção”, aprovado na Assembleia de Acionistas realizada em 31 de dezembro de 2019. Os principais objetivos dos programas são o de estimular a expansão, o êxito e os objetivos sociais da Companhia e os interesses de seus acionistas.

Em janeiro de 2020, o Conselho de Administração aprovou a outorga do 1º, 2º e em janeiro de 2021 o 3º programa do lote de opções no âmbito do Plano de Opção, dando direito à opção de compra ou subscrição de 1.148.782, 85.095 e 85.095 ações ordinárias de emissão da Companhia, respectivamente, porém seu exercício está condicionado a ocorrência de determinados eventos de liquidez previstos nos contratos de outorga das opções.

Programa Tipo	2020 1º programa			2020 2º Programa	2021 3º Programa
	A	B	C		
Data reunião Comitê - Aprovação do programa	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019
Quantidade de ações ON outorgados	751.672	141.825	255.285	85.095	85.095
Início do período de <i>vesting</i>	jan/20	jan/20	jan/20	jan/20	jan/21
Final do período de <i>vesting</i>	jan/20	mar/21	set/22	jan/20	jan/21
Data de outorga	jan/20	jan/20	jan/20	jan/20	jan/21
	Imediato	60% imediato 20% mar/20 20% mar/21	40% imediato 20% set/20 20% set/21 20% set/22	Imediato	Imediato
<b>Período de <i>vesting</i></b>					

Conforme determina o pronunciamento técnico CPC10(R1) Pagamento baseado em Ações, a Companhia reconheceu no Patrimônio líquido R\$ 31 correspondente ao pagamento da opção.

A Companhia não teve impactos ao resultado no período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 com seus planos de opções de compra de ações, devido a sua característica patrimonial e não remuneratória.

Em conformidade com o item 45 do CPC 10 (R1), informarmos que a quantidade de Opções Outorgadas equivale à 1.267.915 em 2021, com o preço médio de R\$ 10,57, das quais 1.250.896 (1.103.398 em 2020) já estão vestidas. Em 2020, 1.233.877, com o preço médio de R\$ 10,57, das quais 1.103.398 já estavam vestidas.

## 17. Partes relacionadas

As operações com partes relacionadas da Companhia referem-se basicamente a mútuos. As operações com partes relacionadas da Companhia referem-se basicamente a mútuos não remunerados, pactuados entre a Companhia e suas controladas. As operações e negócios com partes relacionadas decorrem de transações realizadas conforme condições contratuais definidas entre as partes para os respectivos tipos de operações, ou mediante pagamento compensatório condizente com a natureza de cada operação, com vencimentos futuros ao longo do ano de 2021.

## Cataratas do Iguaçu S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)



### 17. Partes relacionadas - Continuação

#### a) Debêntures (Controladora e consolidado)

O Aqua-Rio realizou 9 emissões de debêntures conversíveis em ações privadas para os seus acionistas nos exercícios de 2015 e 2016, com taxa média de 9,6% a.a. para captação dos recursos necessários para o investimento inicial. As debentures conversíveis foram em janeiro de 2021 integralizadas em 187.343.789 ações ordinárias, passando a partir deste momento a Cataratas do Iguaçu S.A a configurar como acionista majoritário do Aqua-Rio.

Segue abaixo tabela com detalhes por emissão:

Modalidade	Emissão	Séries	Data	Valor
Debêntures conversíveis em ações	2ª emissão	3	Abril/2015	13.000
Debêntures conversíveis em ações	3ª emissão	8	Setembro/2015	16.400
Debêntures conversíveis em ações	4ª emissão	2	Dezembro/2015	7.000
Debêntures conversíveis em ações	5ª emissão	2	Março/2016	7.000
Debêntures conversíveis em ações	6ª emissão	2	Mai/2016	8.000
Debêntures conversíveis em ações	7ª emissão	2	Junho/2016	4.000
Debêntures conversíveis em ações	8ª emissão	2	Julho/2016	6.000
Debêntures conversíveis em ações	9ª emissão	6	Setembro/2016	13.500
Debêntures conversíveis em ações	10ª emissão	2	Outubro/2016	2.000

#### b) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os diretores estatutários da Cataratas do Iguaçu S.A. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por serviços prestados, está apresentada a seguir:

	2021	2020
Honorários da administração	2.342	5.343

Os benefícios incluem remuneração fixa e variável (pró-labore, prêmio e Bônus).

#### c) Mútuos longo prazo (ativo não circulante) (\*)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Aquario do Pantanal S.A.	2	2	-	-
Eco-Noronha S.A.	112	115	-	-
Joalheria SCP	-	884	-	884
Paineiras Corcovado Ltda	10.586	10.587	-	-
Espaço das Américas S.A.	4.720	3.705	-	-
RioZoo Zoológico do Rio de Janeiro S.A.	3.898	-	-	-
Instituto Cataratas	-	12	-	12
Eco-Iguaçu	12.498	4.394	-	-
Total das partes relacionadas	31.816	19.699	-	896

## Cataratas do Iguaçu S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)



### 17. Partes relacionadas - Continuação

#### d) Mútuos longo prazo (passivo não circulante) (\*)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Aqua-Rio Aquario Marinho do Rio de Janeiro S.A.	<b>32.374</b>	20.234	-	-
Joalheria SCP	-	106	-	106
RioZoo Zoológico do Rio de Janeiro S.A.	<b>1.201</b>	-	-	-
Paineiras Corcovado Ltda	<b>104</b>	-	-	-
Eco-Iguaçu	<b>1.000</b>	-	-	-
Eco-Noronha S.A.	<b>1.511</b>	-	-	-
Total das partes relacionadas	<b>36.190</b>	20.340	-	106

(\*) Os mútuos entre as partes relacionadas não são remunerados com prazo de vencimento anual.

#### e) Dividendos a receber

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Aqua-Rio Aquario Marinho do Rio de Janeiro S.A.	<b>933</b>	-	-	-
Paineiras Corcovado Ltda	<b>1.335</b>	-	-	-
Eco-Iguaçu	<b>1.117</b>	-	-	-
Eco-Noronha S.A.	<b>1.346</b>	-	-	-
Total	<b>4.731</b>	-	-	-

### 18. Obrigações com o Poder Concedente

#### a) Outorga

Em conformidade com os Contratos de Concessão, as concessionárias devem pagar às concedentes, a saber: ICMBio-Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu/Secretaria Municipal de Turismo e Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/Secretaria Especial de Concessões e Parcerias Público-Privadas uma outorga mensal. Outorga consiste na cessão de algo em prol do direito de exploração. As operações do Grupo consistem em grande parte de concessões, as quais possuem uma outorga percentual sobre algumas de suas receitas.

	% Aplicado	Cataratas do Iguaçu		Paineiras Corcovado		Espaço das Américas		RioZoo	
		2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Receita bruta		<b>56.850</b>	43.266	<b>20.971</b>	13.707	<b>16.409</b>	9.499	<b>45.794</b>	203
Receitas isentas		<b>(14.453)</b>	(13.171)	<b>(2.536)</b>	(1.843)	<b>(20)</b>	(2)	-	-
Base Outorga		<b>42.397</b>	30.095	<b>18.435</b>	11.864	<b>16.389</b>	9.497	<b>45.794</b>	203
Outorga Federal	3% - 6%	<b>1.787</b>	1.320	<b>942</b>	606	-	-	-	-
Outorga Municipal	5% - 12%	-	-	-	-	<b>820</b>	475	<b>2.289</b>	10
Outorga registrada sobre base isenta		-	-	-	(498)	-	-	-	-
Total de outorga recolhida		<b>1.787</b>	1.320	<b>942</b>	606	<b>820</b>	475	<b>2.289</b>	10
Visitação		<b>655.345</b>	658.367	<b>588.347</b>	547.487	<b>279.823</b>	194.947	<b>879.771</b>	-

## 18. Obrigações com o Poder Concedente - Continuação

### b) Repasse

Alguns contratos de Concessão também preveem o repasse das vendas de Bilheteria que variam de 3% a 51% de acordo com a categoria de visitante.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Contrato ICMBio	319	251	3.476	3.647
Contrato Prefeitura	-	-	372	60
Outros repasses	-	141	191	866
<b>Total de repasses</b>	<b>319</b>	<b>392</b>	<b>4.039</b>	<b>4.573</b>

## 19. Receita

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receita bruta de vendas				
Bilheteria	16.873	14.867	108.607	53.270
Revenda de mercadorias	24.134	17.296	59.699	30.504
Serviços de transporte interno	8.476	7.009	19.717	14.377
Serviços adicionais	7.334	4.043	16.247	5.733
Serviços terceirizados	26	30	4.115	3.386
Patrocínio	7	21	425	977
Impostos, contribuições e deduções sobre vendas	(4.493)	(3.333)	(16.675)	(8.886)
<b>Receita líquida</b>	<b>52.357</b>	<b>39.933</b>	<b>192.135</b>	<b>99.361</b>

## 20. Custos e despesas por natureza

Nota	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Gastos com pessoal	(27.656)	(22.134)	(58.619)	(39.357)
Produtos, materiais e utilidades	(13.093)	(9.780)	(41.629)	(23.368)
Depreciação e amortização	(5.420)	(6.761)	(24.137)	(22.342)
Serviços contratados	(22.106)	(16.260)	(53.921)	(31.482)
Outros impostos e taxas	(138)	(128)	(356)	(382)
Doações	(173)	(407)	(293)	(491)
Viagens e estadias	(424)	(864)	(1.180)	(1.278)
Outorga	18(a) (1.787)	(1.320)	(5.837)	(1.913)
Contingências	206	134	87	182
Outros gastos	(55)	(421)	(456)	(618)
	<b>(70.646)</b>	<b>(57.941)</b>	<b>(186.341)</b>	<b>(121.049)</b>
Custo das vendas	(37.946)	(31.560)	(139.713)	(86.648)
Despesas gerais e administrativas	(32.700)	(26.381)	(46.628)	(34.401)
	<b>(70.646)</b>	<b>(57.941)</b>	<b>(186.341)</b>	<b>(121.049)</b>

## Cataratas do Iguaçu S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)



### 21. Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Baixas de imobilizado	-	-	(4.409)	74
Reversão impairment (nota 10)	-	-	-	1.794
Outras despesas operacionais	(329)	-	(346)	(1)
	<b>(329)</b>	<b>-</b>	<b>(4.755)</b>	<b>1.867</b>

### 22. Receitas (despesas) financeiras, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	47	98	272	1.784
Desconto obtido	4	1.442	45	1.457
Atualizações monetárias	1.744	28	2.180	112
Outras receitas financeiras	38	25	61	54
	<b>1.833</b>	<b>1.593</b>	<b>2.558</b>	<b>3.407</b>
Despesas financeiras				
Multa de mora	(157)	(805)	(1.060)	(1.688)
Despesas bancárias	(34)	(62)	(343)	(292)
Imposto sobre operação financeira	(3)	(9)	(14)	(31)
Juros de empréstimos e financiamentos	(730)	(634)	(13.075)	(6.905)
Outras despesas financeiras	(590)	(184)	(2.473)	(480)
	<b>(1.514)</b>	<b>(1.694)</b>	<b>(16.965)</b>	<b>(9.396)</b>

## 23. Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>(15.578)</b>	<b>(23.260)</b>	<b>(13.368)</b>	<b>(25.810)</b>
Alíquota nominal - %	34%	34%	34%	34%
Impostos nominais	5.297	7.908	4.545	8.775
Efeitos tributários sobre as adições e exclusões permanentes:				
Resultado de equivalência patrimonial	925	(1.751)	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa sem constituição de diferido	(2.233)	-	(2.233)	-
Outras adições e exclusões permanentes	(85)	(498)	(618)	(566)
Total	3.904	5.659	1.694	8.209
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	<b>(2.344)</b>	<b>(487)</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<b>3.904</b>	<b>5.659</b>	<b>4.038</b>	<b>8.696</b>
Alíquota efetiva	25,06%	24,33%	12,67%	31,81%

## 24. Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento ativo das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras conceituadas e consideradas de risco baixo pelos analistas de mercado. Com relação às contas a receber, a Companhia restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio da concentração de valores em instituições financeiras, por meio de suas adquirentes de cartões de crédito e débito. Em 31 de dezembro de 2021 não houve concentração de risco de crédito relevante associado a clientes.

### Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

*Nível 1* - Dados provenientes de mercado ativo de forma que seja possível acessar diariamente.

*Nível 2* - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

*Nível 3* - Dados extraídos de modelo de preço baseado em dados não observáveis de mercado.



## 24. Instrumentos financeiros -- Continuação

O quadro abaixo apresenta os valores contábeis e valores justos dos principais ativos e passivos financeiros da Companhia, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

	Nível	Controladora				Consolidado			
		Valor contábil		Valor Justo		Valor contábil		Valor Justo	
		2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
<b>Ativos</b>									
Mensuradas ao valor justo									
Caixa e equivalentes de caixa	2	3.867	1.841	3.867	1.841	17.474	49.789	17.474	49.789
Mensuradas ao custo amortizado									
Adiantamento a terceiros	2	188	362	188	362	5.015	6.948	5.015	6.948
Partes relacionadas	2	31.815	19.699	31.815	19.699	-	980	-	980
Contas a receber de clientes	2	8.043	3.226	8.043	3.226	27.128	11.609	27.128	11.609
Despesas antecipadas e outros	2	123	139	123	139	1.979	1.463	1.979	1.463
Dividendos a receber	2	4.731	-	4.731	-	-	-	-	-
		<b>48.767</b>	<b>25.267</b>	<b>48.767</b>	<b>25.267</b>	<b>51.596</b>	<b>70.789</b>	<b>51.596</b>	<b>70.789</b>
<b>Passivos</b>									
Mensuradas ao custo amortizado									
Empréstimos e financiamentos	2	7.123	10.349	7.123	10.349	173.166	196.087	173.166	196.087
Fornecedores	2	4.322	2.391	4.322	2.391	13.509	7.464	13.509	7.464
Adiantamento de clientes	2	1.092	848	1.092	848	6.785	3.642	6.785	3.642
		<b>12.537</b>	<b>13.588</b>	<b>12.537</b>	<b>13.588</b>	<b>193.459</b>	<b>207.193</b>	<b>193.459</b>	<b>207.193</b>

A Administração da Companhia entende que os instrumentos financeiros, os quais estão reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelos seus valores contábeis não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado.

## 25. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, cujas vigências encerram em 01/02/2023

Os valores de cobertura de suas apólices vigentes em 31 de dezembro de 2021 são como segue:

Bens segurados	Cobertura	Montante da cobertura
Infraestrutura e imobilizados	Incêndio, raio, explosão, implosão, queda de aeronave, entre outros	125.000
Responsabilidade civil	Reclamações de terceiros	3.500

## 26. Eventos subsequentes

Em 22 de março de 2022 o Grupo Cataratas foi ganhador no processo de licitação do Parque Nacional do Iguaçu, através do Consórcio Novo PNI, do qual o mesmo representa 50% de participação. Com valor de Outorga de R\$ 375.000, representando um ágio de mais de 349% do valor mínimo apresentado no edital.